



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 15 de março de 2022 - Ata n.º 16.

Aos quinze dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, à hora regimental, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Presidente **Ademar Traiano**, secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **16.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta terça-feira. Está dispensada a leitura da Ata. Consulto o 1.º Secretário se há Expediente a ser lido. Não há Expediente a ser lido. Vamos já de imediato aos pronunciamentos. No Pequeno Expediente, Deputada Mabel Canto.

PEQUENO EXPEDIENTE: Usaram da palavra as Sr.^{as} Deputadas: Mabel Canto e Luciana Rafagnin.

DEPUTADA MABEL CANTO (PSC): Boa tarde, Sr. Presidente. Boa tarde às Deputadas, aos Deputados, a todos que nos assistem pela *TV Assembleia* e pelas redes. Ontem, Sr. Presidente, comentei aqui sobre uma situação de manutenção



de estradas aqui no nosso Estado pós o fim das concessões dos pedágios, um fato que desde o ano passado tenho cobrado do DER como ficariam essas manutenções, e sei que outros Deputados também têm feito essas cobranças. Essa situação que aconteceu no início da noite de domingo lá em Ponta Grossa, em torno de 25 a 30 carros passaram ali pela 376, na via urbana da BR, e devido a ter muitos buracos ali naquele trecho acabaram então com os seus pneus furados ou as rodas tortas. No outro dia essa situação já foi resolvida, já foram lá e fizeram tapa-buracos. E nesse mesmo dia o DER, o Governo do Estado, lançou um canal, um 0800, Deputado Tadeu, para os usuários das rodovias, tanto estaduais quanto federais, poderem ligar e relatar alguns casos. Esse número 0800-400-0404, segundo uma reportagem da própria Agência de Notícias do Estado vai servir para o atendimento dos usuários em caso de acidentes, pane, quedas de carga, animais na pista, materiais na pista, buracos no pavimento, entre outros serviços. O serviço estará disponível 24 horas por dia, sete dias na semana, inclusive feriados. Entretanto, e aqui fica o meu alerta à Secretaria da Infraestrutura, ao DER e ao Governo do Estado. Hoje, quando vinha de Ponta Grossa aqui para Curitiba, para a Sessão, ali um pouco depois do primeiro pedágio, no quilômetro 542, vimos também muitos buracos na pista e pensando em evitar justamente a situação que aconteceu no último domingo lá em Ponta Grossa, ligamos no 0800 para informar sobre esses buracos, mas a atendente do 0800 nos informou que na verdade deveríamos ligar para o DNIT, que aquele não era o canal específico para o atendimento de informação sobre aqueles buracos. Para a nossa surpresa, ligamos no 0800 informado pela atendente, o 0800 do DNIT, e, acreditem, vocês, a mensagem que recebemos era de que aquele telefone estava desativado e aí não conseguimos de fato informar sobre os buracos. Mas a informação que está sendo repassada pelo Governo do Estado, inclusive está em toda a imprensa sobre esse 0800, esse canal de atendimento ao usuário das estradas, inclusive fala que os buracos podem ser informados. Equipes de inspeção de tráfego percorrem todo o antigo anel de integração três



vezes ao dia, mas o usuário também deve alertar quando há danos no pavimento, sendo na sequência comunicados o DER, o DNIT, para executar os serviços de conservação necessários. Enfim, sei que o serviço começou ontem, é normal termos alguns problemas no início, mas queria registrar esse alerta aqui neste momento para o Secretário Sandro, que receba pelo 0800 que está sendo informado aí pelos canais de notícias do Estado sobre também essas situações e que caso de fato tenha que encaminhar as ligações para o DNIT, que então combine com o DNIT qual será o número informado para os usuários das estradas paranaenses. Então, fica o registro, fica o meu alerta aqui, Sr. Presidente. Obrigada.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próxima oradora, Deputada Luciana Rafagnin.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Ontem, dia 14 de março, considerado o *Dia Internacional das Lutas contra as Barragens*. Isso pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, pelo MAB. O MAB, então, celebra o dia 14 de março como *Dia Internacional*. Esse dia, na verdade, foi oficializado ainda em 1997 quando aqui em Curitiba houve a participação de mais de 20 países, todos vindo para o debate, para a luta das barragens, ou seja, para o debate da construção de barragens. Então, desde 1997 que o dia 14 de março ficou oficializado como o *Dia Internacional de Lutas contra as Barragens*. É importante dizer aqui que o MAB vem trabalhando muito, não só nesse dia, mas principalmente nesse dia, intensificando mais nesse dia, e soma aqui muito a luta das mulheres, com a questão da defesa dos direitos dos atingidos e atingidas por barragens. Sabemos que só no nosso Estado do Paraná temos 121 empreendimentos hidrelétricos e sabemos que qualquer construção de barragem afeta, ela mexe diretamente com as pessoas, pessoas que estão no local, pessoas que por muitas e muitas vezes são obrigadas a saírem do local por causa da construção da barragem, e muitas vezes não são indenizadas, ou não



indenizadas, não tendo os seus direitos respeitados como deveriam ser. Por isso que o movimento tem então essa data como a data onde intensifica mais a luta pelos direitos dos atingidos e atingidas por barragens. Então, no dia de ontem foi celebrado pelo MAB, e aqui é bom lembrar que toda essa luta, além dos direitos dos atingidos e atingidas, também está a questão da luta de acompanhar e de lutar que realmente quando acontece as barragens, que aconteça com segurança. Sabemos e acompanhamos aqui o caso de Mariana, o caso de Brumadinho, sabemos que existe muito risco na implantação das barragens, muito risco depois no acompanhamento, na manutenção, e que esse descaso do não acontecimento da manutenção, do não acontecimento do acompanhamento é que faz acontecer casos como vimos na questão de Brumadinho, como vimos a questão de Mariana, entre outros. Então, é importante ressaltar aqui esse dia, o *Dia Internacional dos Atingidos*, ou de *Lutas contra as Barragens*, e dizer que nesse dia então, o dia de ontem, encaminhamos um ofício também à Copel aqui no nosso Estado do Paraná, solicitando que a Copel não autorize, não faça o reajuste concedido, que sabemos que a Copel consulta a Aneel e a Aneel geralmente autoriza o reajuste anual, então no mês de junho, das tarifas da energia elétrica. E solicitamos nesse ofício que encaminhamos, esse requerimento que encaminhamos à Copel, estamos solicitando ao Diretor-Presidente que não autorize essa taxa de reajuste, ou seja, não faça o reajuste anual, porque estamos passando por um momento muito difícil, estamos passando por uma crise pandêmica, por uma crise econômica, e sabemos que o poder aquisitivo das pessoas caiu muito, o poder de compra das pessoas caiu muito, e hoje para sobreviver um trabalhador precisa, sim, lutar muito, economizar muito, e falamos, fazer um malabarismo para poder conseguir pagar suas contas e para poder comprar a comida. É só olharmos o alto custo de vida, principalmente naquilo que se refere à alimentação, é só olharmos as tarifas energéticas, os altos valores que estão sendo cobrados, também na mesma forma a questão da tarifa da água, e por isso um trabalhador, um assalariado, tem muita dificuldade de poder comprar comida e de poder pagar



suas contas. E nesse sentido, como já temos altas tarifas na questão, falando agora da questão de energia, na questão... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, por favor, para concluir.

DEPUTADA LUCIANA RAFAGNIN (PT): É que estamos solicitando que essas taxas, as tarifas, já estão altíssimas, então, por isso, estamos solicitando à Copel que não autorize, que não concorde com o reajuste anual que acontece no mês de junho, esse reajuste, claro, sempre autorizado pela Aneel, mas estamos pedindo que a Copel, que teve bilhões de lucro no final do ano passado, Deputado Tadeu, que a Copel não autorize, não cobre mais do povo paranaense, sabendo que já está tendo lucro, e muito lucro, como falei aqui, foram bilhões no final do ano passado de lucro, então que isso não seja motivo de cobrar ainda mais, que o reajuste não seja motivo de cobrar ainda mais do povo paranaense. O povo paranaense já paga caro, a tarifa energética tem um valor altíssimo. Então, por isso estamos pedindo que a Copel... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputada Luciana, seu tempo encerrou. Próximo orador, Deputado Professor Lemos, no Grande Expediente.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^os Deputados e Sr.^{as}s Deputadas, quero cumprimentá-los, cumprimento também os nossos visitantes e a população que acompanha a nossa Sessão nesta tarde de terça-feira. Hoje mais uma vez quero tratar aqui dos temas que são importantes para a educação pública do nosso Estado. Os nossos professores e professoras da Rede Estadual estão com bastante prejuízo, um dos prejuízos é com relação à promoção e progressão na carreira. Isso também afeta outros servidores, como



por exemplo, os funcionários de escolas. A progressão dos funcionários de escolas deveria ter acontecido no mês de agosto do ano passado e dos professores no mês de outubro do ano passado, não foi efetivado, e também tem as promoções. Promoção é de um nível para outro, e progressão é de uma classe para outra dentro do mesmo nível. Isso não foi implementado em 2021. Também em 2021 não foram implementados quinquênios e anuênios. Então, professores e funcionários de escolas estão cobrando, e com razão, que o Governo implemente. Ocorre que o Governo está usando a desculpa de que a LDO aprovada em dezembro de 2020, que a LDO de 2021, ela tem um dispositivo que impede que o Governo faça promoção e progressão de 2021, porque suspendeu a contagem do tempo para efeitos de promoção e progressão desde o dia 15 de dezembro de 2020 até o dia 31 de dezembro de 2021. Isso é uma injustiça feita contra os servidores. E o Governo também assumiu o compromisso de no final do ano passado de mandar para a Assembleia um Projeto para revogar esse artigo da LDO para permitir as promoções e progressões, mas não mandou até hoje. E aí o prejuízo é grande, porque um professor, um funcionário de escola, pode ter promoção e pode ter progressão no mesmo ano, isso eleva o salário desse profissional. Então, o Estado está devendo para esses professores, para esses funcionários, e precisa reparar essa dívida. Então, mais uma vez aqui estamos denunciando o desrespeito do Estado com relação a professores e funcionários de escolas. Com relação aos quinquênios e anuênios, também não foram implementados, estão em atraso, precisa implementar. Também quero falar aqui da pouca vergonha que virou no Estado do Paraná esta contratação da Unicesumar para oferecer aulas a distância dos cursos de ensino médio profissionalizante. Na maioria das escolas não tem profissionais contratados pela Unicesumar para atender aos estudantes. Está muito complicado. Os pais estão revoltados, os estudantes revoltados, e os professores e funcionários, as equipes das escolas estão indignadas com isso. Inclusive na semana passada teve uma grande Assembleia em Cascavel, lá no Ceep, onde a comunidade escolar está



cobrando o Governo para que contrate professores para dar aula presencial, porque quando o professor estava presente nas escolas, presente na sala de aula, dando essas aulas, funcionava, agora, a distância não funciona. É um prejuízo muito grande para a educação. Então, esse modelo implementado, chamado de novo ensino médio, com essa contratação de uma empresa privada para oferecer aulas a distância, está empobrecendo a educação pública, não melhorou o ensino médio, criou um problemão, e o Estado pode e deve resolver. E outra coisa grave que já denunciamos aqui é a terceirização na contratação de funcionários de escolas. Primeiro que ficou mais caro, ficou muito mais cara para os cofres públicos a terceirização. O Governo gastava 18 milhões por mês para 11 mil funcionários, agora está gastando mais de 30 milhões por mês com 8 mil funcionários. Estão faltando funcionários nas escolas e essas empresas estão dando calote nos funcionários, não pagando os direitos e ainda atrasando os salários, e o salário desse funcionário é menor, mas o Estado coloca mais dinheiro na mão do empresário. São três empresários, de diferentes Estados, que estão aqui no Paraná pegando dinheiro público e atrapalhando a aprendizagem nas nossas escolas, porque os funcionários de escolas são educadores e eles não estão sendo tratados como educadores, com o respeito que merecem. Então, está mais caro, ficou pior e isso precisa ser mudado. Então, fica aqui mais uma vez a nossa denúncia. E também no dia 1º de maio é data-base do servidor do Estado do Paraná, e há muito tempo essa data-base não está sendo respeitada. O Estado deve para os servidores mais de 30%, deve chegar no dia 1º de maio a 38% de inflação acumulada dos últimos anos. E amanhã, dia 16, os servidores de todas as categorias estarão em Curitiba protestando e cobrando do Governo que envie para esta Casa em tempo o Projeto de Lei para corrigir o salário dos servidores, pagando no mínimo a inflação que deve os servidores. Nesse sentido, quero pedir aqui a ajuda ao Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, para mediar esta reunião com representantes dos servidores no dia de amanhã com o Palácio Iguaçu, com a Casa Civil, com o Governador, porque os servidores prestam um



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

trabalho relevante para o Estado nas diferentes áreas, e têm o direito de ter a data-base respeitada e a inflação sendo reposta aos salários, e têm direito também de ser recebido no Palácio pelo empregador, porque o Governador é o Chefe do Poder Executivo, e o Poder Executivo é o empregador dos servidores do Estado. Os servidores querem conversar com o empregador por meio dos seus sindicatos que estão reunidos no fórum dos servidores, e por isso no dia de amanhã estarão em Curitiba, querem ser recebidos no Palácio e têm o direito de serem recebidos. Então, fica aqui o apelo mais uma vez ao Líder do Governo para mediar esta reunião entre os servidores e o Governo do Paraná no dia de amanhã.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pela Liderança do PROS, Deputado Soldado Fruet. Antes disso, registro a presença na Casa do Vereador Roberto Cardoso, da cidade de Nova Aurora, por solicitação do Deputado Hussein Bakri. Seja bem-vindo. Deputado Soldado Fruet, não estamos lhe ouvindo. O senhor precisa acionar o seu aplicativo aí. Só um minuto, Deputado, que o problema está aqui internamente, não estamos lhe ouvindo. Deputado Fruet, por favor, agora pode iniciar sua fala. Deputado Fruet, está ok, Vossa Excelência pode iniciar sua fala.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Soldado Fruet (PROS); Galo (PODE); Ricardo Arruda (PSL); Anibelli Neto (MDB); Tadeu Veneri (PT); Nelson Luersen (PDT); Arilson Chiorato (Oposição); e Hussein Bakri (Governo).

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Senhor Presidente, o senhor está me ouvindo agora?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo sim.



DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Então, vamos lá. Senhor Presidente, recuperar o meu tempo. Agradeço, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está sendo recuperado.

DEPUTADO SOLDADO FRUET (PROS): Então, está certo. Boa tarde, Sr. Presidente, grande Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Boa tarde a todos os nossos amigos paranaenses, que nos acompanham nesta tarde maravilhosa, tranquila e calma aqui na nossa fronteira. Dias atrás, Sr. Presidente, dias atrás percebemos aí que está cada vez mais difícil para as famílias pagarem contas básicas. Então, o meu assunto hoje vai ser voltado aos impostos, Presidente, esse mal que a nossa sociedade, como um todo, tem. O preço da energia elétrica, da água, do gás, do combustível, está muito além do aceitável para uma família de baixa renda. Recentemente, em entrevista, o Governador foi de novo, a meu ver, infeliz, ao dizer que a gasolina está cara no mundo todo. Ele mesmo estava lá com a família em férias, acho que nos Estados Unidos, na Disney, não sei onde, e lá a gasolina custa mais de US\$ 4,00 o galão. Pois bem, vamos lá, se convertermos para reais e para litros, o custo do litro da gasolina nos Estados Unidos, Sr. Presidente, é de R\$ 5,80. Ou seja, apesar de os norte-americanos ganharem muito mais do que os brasileiros, a gasolina deles é ainda muito mais barata do que a nossa. A culpa é da guerra? Claro que não, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. A culpa é dos impostos, é isso mesmo. Enquanto que nos Estados Unidos a soma de todos os impostos, sobre a gasolina, é de 76 centavos por litro, no Paraná, no nosso maravilhoso Estado, apenas o ICMS cobrado pelo Estado é de quase R\$ 1,76, só o ICMS. Então, Governador, a gasolina é cara porque o seu imposto é caro, não por causa da guerra, nem do preço do petróleo no mercado internacional, mas por causa do seu imposto aplicado em cima da gasolina. E a luz? Por que a luz é cara? Primeiro, porque o Governador cobra 29% de ICMS sobre a conta de luz e, antes que digam que não é o Governador, afirmo que é



ele, sim. Quem define a alíquota do ICMS é o Governador do Estado. Por exemplo, em São Paulo, o ICMS médio da fatura de energia elétrica de uma residência é de 12%. Além disso, a luz é cara porque todo ano milhões e milhões são distribuídos aos acionistas da Copel. No ano passado, a Copel lucrou R\$ 4 bilhões, lucrou à custa do suor dos paranaenses. E a água? Por que a água é cara? O Ex-Governador Ney Braga, o saudoso Ney Braga, deve estar se revirando no túmulo, porque quando ele criou a Sanepar lá nos meados de 1963, que na época se chamava Agepar, a intenção da ideia era uma empresa com caráter social, que levasse a água e o saneamento básico a todos os paranaenses. Era também uma questão de saúde pública. Passados quase 60 anos, a Sanepar esqueceu definitivamente o seu caráter social, virou as costas para o povo e se transformou em uma mina de dinheiro para os acionistas e aqueles poucos milionários aliados ao Governo, que a cada ano veem os seus lucros aumentarem desproporcionadamente. Em 2020, a Sanepar lucrou R\$ 996 milhões. Em 2021, com o racionamento violento que tivemos, ainda assim a Sanepar aumentou seus lucros em 18%, passando para R\$ 1,177 bilhão. A conta de água é cara, porque o Governo tem que garantir altos lucros aos seus amigos acionistas. Já o povo? O povo é obrigado a fazer racionamento, é obrigado a pagar a famigerada tarifa mínima, ficar dias sem água e aceitar um aumento atrás do outro, pois depende da Sanepar. Não tem, acabaram os poços, agora, é a Sanepar. Senhoras e Sr.^s Deputados, meus amigos que nos acompanham pelas redes sociais, pela *TV Assembleia*, as minhas palavras de hoje são para destacar que temos um Governo cujos olhos estão voltados apenas para aquela minoria bilionária. Os paranaenses comuns, como nós, esquecidos pelo Governador, que vive aí fechado. O Governador fica fechadinho em seu gabinete, alheio à realidade do que está acontecendo aqui fora, vivendo as propagandas que criou e que acredita serem verdades, mas várias vezes orientamos o Governador. Várias vezes pedi que ele saísse desse gabinete e conhecesse a realidade do nosso povo aqui fora. Pode ser que quando ele saia, já seja tarde. Já seja tarde demais e



a sua saída seja definitiva do Palácio Iguaçu. Então, minha amiga Deputada Luciana, entendo a dor e a preocupação da senhora, mas o grande vilão disso tudo não é o Diretor da Copel, da Sanepar, é o *dono da caneta*. E quem é o *dono da caneta*? O Governador Ratinho Junior. Senhor Presidente, obrigado. Era só isso por hoje.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Galo, pelo Podemos.

DEPUTADO GALO (PODE): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas, membros da Mesa Diretora. Folgo em ver aqui hoje, no nosso Plenário, o Deputado Guerrinha. Vi o Guerrinha aqui, Sebastião Henrique. Uso neste momento a tribuna para mais uma vez fazer aqui uma lembrança. Vocês sabem que quem sonha tem que ir atrás. Aquele que luta consegue. Bate lá, busque, insista, que você vai conseguir. O que quero lembrar neste momento? Dia desses estive aqui nesta tribuna e falei a respeito dos funcionários do Detran. Fiz um apelo tanto para os funcionários de carreira, como para os funcionários que são comissionados, porque, aliás, sempre acho que o comissionado tem o seu valor, mas isso tem que ser ajustado. Bom será o dia em que teremos funcionários do Detran comissionados, mas ajustados e hábeis para o serviço. O Detran não pode ser *cabide de emprego*, porque se tivermos *cabide de emprego*, quem perde é o usuário. Neste momento venho aqui, mais uma vez, para lembrar sobre a vida financeira de homens e mulheres que trabalham no Detran, nas Ciretrans, pelo Paraná afora. Senão vejamos. Fiz uma pesquisa e, surpreendentemente, isso não é culpa do Governo atual, os governos que aqui passaram, em momento algum pensaram, Presidente Turini, em valorizar o trabalho do funcionário do Detran ou Ciretrans do Paraná todo. O usuário é sempre bem atendido, sobe escada, desce escada, aperta, vem e sobe, às vezes têm os pedidinhos especiais, que só o chefe pode atender. Às vezes, a fila é diferenciada dentro do Detran, mas não é culpa do funcionário, não. Às vezes, o telefone toca: *Oh, atende ao fulano aí – a carteirada às vezes vale*. Se não estiver



enganado, o Deputado Guerrinha que está ao telefone ali, Vossa Excelência tem um Projeto na Casa sobre a questão dos funcionários, não tem, do Detran? Pedindo transporte coletivo, a taxa para o transporte coletivo. Depois, se Vossa Excelência, por favor, puder orientar, cedo-lhe o aparte, só para o senhor me orientar sobre esse seu Projeto do Detran, por favor. O Deputado Guerrinha está no telefone e disse que agora não pode atender. Prosseguindo, gostaria imensamente, já que temos este ano ainda de Governo, que o nosso prezado Governador Ratinho Junior pudesse fazer essa mudança. Essa é uma mudança que vai atender a diversas famílias que dependem de funcionários que estão dentro do Detran, que estão dentro das Ciretrans, a melhoria salarial, porque o salário de quem trabalha hoje no Detran é ínfimo, é o menor de todas as Secretarias do Estado do Paraná. E aqui não é campanha eleitoreira, não, é apenas uma realidade. O planejamento de outros governos que passaram, não se preocupou, nenhum Governo se preocupou em preparar uma melhoria para o funcionário do Detran. Então, o Governo do Estado do Paraná pegou o *bonde andando*, mas mesmo pegando o *bonde andando*, permita-me o meu querido Líder Hussein Bakri que, aliás, espero que Vossa Excelência permaneça nos orientando, comandando, pelo grande Líder que é Vossa Excelência. Então, neste momento quero pedir para que a Assembleia Legislativa, não precisa ser o Galo, não, mas que a Assembleia volte, olhe com determinação para esses homens e mulheres que trabalham no Detran, que trabalham nas Ciretrans no Estado do Paraná, e trabalham bastante, o Detran começa muito cedo. A importância dos nossos veículos, de andarmos bem, de andarmos pelas nossas rodovias, pelas nossas vias, a documentação passa lá. E se o *cara* pagar ou não pagar em dia é outro problema, mas sai de lá. E quem faz isso? É um funcionário, que é mal remunerado. Desculpe, mas o funcionário do Detran ganha muito mal, ele faz a sua *ginástica*. Ele faz a sua *ginástica*. Agora, o que gostaria de entender e isso ainda na minha cabeça não tomei conta, não me dei conta de como funciona. Existe curso para entrar na Jari? Porque dizem que quem trabalha na Jari tem lá



os seus privilégios. Mas para o cara participar da Jari, não deveria ser somente funcionário de carreira? Acredito que não deveria ser indicação de nenhum Deputado, de nenhuma influência e nem de amigo de ninguém. Para ser um funcionário da Jari teria que ser um técnico, na minha concepção tem que ser técnico. O que é a Jari? Passa lá toda a *pepinea* dos nossos recursos, quando você é multado e acha que tem a sua razão, o que você faz? Você vai lá e entra com um processo para dizer: *Opa, tenho razão*. Só que nunca vi ninguém ganhar na Jari. Não sei se é competência ou desinformação de alguns, mas um *passarinho me contou* que, dentro da Jari, tem muita indicação de gente que está lá que não entende nada. Isso tem que acabar. É necessário que dentro da Jari, por exemplo, tenhamos funcionários de carreira, de técnicos especializados, de técnicos que entendam. Então, senhoras e senhores, talvez, eu não volte mais a esse assunto para não ser repetitivo, mas é o meu desejo que a Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, já que outros governos até hoje não fizeram, não olharam para o Detran, que olhasse a partir de agora, então. Que o Governo Ratinho Junior, ainda dá tempo, pensasse em uma fórmula: *Galo, você está desinformado. Não dá mais tempo*.

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Deputado Galo?

DEPUTADO GALO (PODE): Pois, sim, Vossa Excelência.

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Por gentileza, um aparte.

DEPUTADO GALO (PODE): É claro, com o maior carinho.

Deputado Luiz Fernando Guerra (PSL): Obrigado. Deputado, a verdade é a seguinte, fui procurado pelos sindicatos vinculados ao Detran. Trata-se o Detran de receita própria, portanto, não oneraria os caixas do Estado do Paraná, em uma reivindicação que considero justa, afinal de contas, votamos aqui com relação aos policiais. Seria uma situação que beneficiaria milhares de trabalhadores do Detran



e, como disse, não oneraria o Estado. Então, eles fizeram inclusive alerta de greve com relação a isso, pleiteando essa necessidade. Entendi que era plausível essa solicitação feita pelos servidores e, portanto, foi por isso que apresentei o Projeto. Apenas para deixar claro, repito que, aliás, tem também o aval do Mesquita, Diretor-Geral. Então, acho que é uma demanda justa e necessária que beneficiaria milhares de trabalhadores. Como falei aqui, trata-se de receita do próprio Detran Paraná, não oneraria o Estado do Paraná.

DEPUTADO GALO (PODE): Quero que Vossa Excelência saiba que assino. Pena que não posso assinar mais de uma vez, mas assino com Vossa Excelência e lhe cumprimento por isso. O senhor foi muito feliz, Deus o iluminou, ao olhar para esses funcionários. Senhoras e senhores, encerro aqui a minha participação, mais uma vez, dizendo que não importa se os outros não fizeram. O que o Deputado Guerrinha fala é muito importante. Voto com o Guerrinha, estou com o Deputado Guerrinha, a favor dos funcionários do Detran. Digo mais, se os outros governos não fizeram, que o Excelentíssimo Sr. Governador Ratinho Junior possa, por favor, um olhar diferenciado. E, por favor, que na Jari tenhamos só técnicos, pessoas especializadas, porque o assunto ali é muito sério. Senhor Presidente Turini, que está recebendo agora ali o Doutor Bruno. Seja bem-vindo, o Bruno hoje está muito rápido: *Doutor, podemos ver lá?* Não. Não é assim. Vida longa, Presidente. Um abraço.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do PSL, com a palavra, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais colegas Deputados e Deputadas, os que nos acompanham aqui pela *TV Assembleia* e demais mídias. Bom, pessoal, hoje, o que tenho aqui para dizer, primeiramente, é a respeito da fala do Deputado do PT, de ontem, Arilson Chiorato, quando ele disse, ele disse várias coisas. Até vou relatar algumas aqui, porque acho que são



importantes. Ele falou a respeito do que está acontecendo hoje, da pandemia da Covid, que estamos aprovando leis aqui para proibir o passaporte sanitário, para tirar as máscaras, que isso é um absurdo, que a pandemia não acabou, diminuíram as mortes, mas se morrer uma pessoa já é importante. Deputado Arilson, vou fazer um discurso aqui não populista, um discurso da realidade, ok? Primeiramente, a pandemia da Covid, na maior parte do mundo, já terminou. Eles estão tratando hoje como uma endemia, como endemia. O passaporte sanitário que temos uma lei, aqui, o Projeto 655/2021, para proibir o passaporte sanitário em todo o Estado do Paraná, não estamos sozinhos, não, já tem Estado que já aprovou. A OMS é contra o passaporte sanitário. O Conselho Nacional de Medicina é contra o passaporte sanitário. Acho que o único que não é contra é o senhor, o PT, o pessoal e todos os partidos de esquerda. Vocês querem continuar a pandemia e querem aquele *quanto pior, melhor*. Essa conversa não cola mais. O povo não é bobo, está acompanhando diariamente como está a Covid. Ora, o senhor quer que continuem a usar máscara, use máscara sozinho, então. Use o seu passaporte sanitário que não serve para nada, que não protege nada e nem ninguém. Mas nós, brasileiros, queremos, sim, a nossa liberdade que está na Constituição Federal, que é o direito das pessoas de ir e vir, de entrar em qualquer lugar, para trabalhar e estudar. Esse é o direito que lutamos para aprovar nesse Projeto, que proíbe o passaporte sanitário. O senhor ainda falou outras coisas aqui a respeito do preço do combustível, do preço do gás, que no Governo do PT era diferente e como chegou a esse nível. Vou explicar ao senhor, tem muita gente que tem memória curta. O senhor lembra-se quando o Lula deixou o Evo Morales, da Bolívia, tomar a nossa refinaria de petróleo e gás? O senhor está lembrado disso? Tinha US\$ 6 bilhões de investimentos da Petrobras lá na Bolívia e o Lula falou que tudo bem, que o gás era deles. Ora, o que esse Lula fez em nosso País, realmente, passou de todos os limites, entregou um bem nosso ou vendeu a *preço de banana*, para justificar. Além, outro fato importante, vocês lembram quanto a Lava Jato apurou de desvios da Petrobras? São mais de 40 bilhões de desvios da



Petrobras. O senhor acha que essa conta não ia chegar nunca? O senhor acha que o Governo PT saqueou a Petrobras, o BNDES, a Caixa Econômica e tantos órgãos de Governo e a conta não ia chegar? Alguém tem que pagar. Deputado Arilson, alguém tem que pagar a conta. O PT desviou do BNDES bilhões para fazer obras em Cuba, Venezuela, Bolívia, Angola e nunca vão pagar essa dívida, que nós já pagamos. Agora, tem que usar um fundo de reserva do Brasil para quitar o BNDES. O povo brasileiro está pagando duplamente uma conta do seu Lula e da cambada Dilma e outros, que tomaram conta do Governo e fizeram essa lambança no dinheiro público. E hoje tem a *cara de pau* do Lula vir lá na TV e falar: *O preço da gasolina não sei o quê*. Gente, só ele acredita nele. Enquanto vocês da esquerda continuarem lendo revistinha do PT, jornalzinho do PT, que conta o mundo das maravilhas do PT, vocês não vão viver uma realidade, não. Desculpe, não vão viver. O senhor devia ver como está a economia do Brasil hoje. A moeda que mais cresceu com a pandemia foi o real em relação ao dólar. O PIB subiu, em 2021, 4.26. Nenhum país do mundo teve isso. Então, o Brasil está saindo dessa crise muito mais rapidamente do que o resto do mundo. Por que isso? Porque hoje tem um Presidente honesto, patriota e cristão, que nomeou uma equipe de Ministros todos técnicos, competentes e honestos. Não tem mais eleição aqui e nomeação de conchavo político, como o Lula fazia, a Dilma fazia, o Fernando Henrique fazia. Acabou! A torneira da corrupção fechou! É isso que incomoda tanta gente. Agora, não podemos esquecer o que o PT fez em nosso País. Agora, quando escuto um Deputado que é um Deputado inteligente, como o Arilson, tem o meu respeito, dizer que o preço do combustível no Brasil está alto. Deputado Arilson, está alto no mundo inteiro. O senhor não está acompanhando o pós-pandemia? O Brasil foi o que menos aumentou. E, agora, veja uma coisa interessante, não é? Aí a Câmara Federal aprova um projeto para regulamentar a cobrança de ICMS, que vai dar um desconto no valor do óleo *diesel*, de todos os combustíveis, que é muito importante para os caminhoneiros e para todo cidadão aqui do Brasil, que vai pagar mais barato, e quem foi contra o Projeto? Deputado



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Arilson do PT, quem foi contra? Gleisi Hoffmann, Freixo. Todos de Esquerda entraram com um pedido no Supremo para que seja retirada essa lei que foi aprovada na Câmara Federal. Então, vocês não jogam a favor do povo não, nem a favor de preço baixo. Vocês jogam com discursos políticos apenas. Vocês não estão preocupados com o povo, estão preocupados em ganhar eleição e voltar ao poder para saquear o Brasil e implantar a ditadura que vocês chamam de democracia, como tem em Cuba, Venezuela, Bolívia, todos os países que vocês apoiam e colocaram o nosso dinheiro. Em Cuba, colocaram bilhões e pegaram como garantia charutos. Ora, gente. Dia 18, pena que não vou estar aqui, estou viajando, porque o Lula vai estar aqui em Curitiba. Acho que vem fazer aqui a assinatura da entrada do Ex-Senador Requião, que vai concorrer ao Governo pelo PT. Está enterrando a carreira dele, mas também o Requião esteve aí aliado com o PT nos últimos 10, 15 anos. Isso aí não é novidade para nós. Agora, para o Lula, um recado para o Sr. Lula: o senhor é muito bem-vindo em Curitiba! O senhor já morou em Curitiba, mas o senhor é bem-vindo lá na Federal. Na rua, o senhor não vai conseguir andar não. O povo de Curitiba, o povo paranaense não aceita não o senhor nas ruas. O grito é aquele de sempre. Tenho que repetir? Não vou repetir para não ofender os colegas aqui, mas o lugar de ladrão para quem foi julgado, condenado e preso, continua sendo na cadeia. Infelizmente, o “lava toga” lavou o nome do Lula, mas o povo não esqueceu a roubalheira não. Não esqueceu. E cada dia estamos vendo que o Lula não tem como andar na rua, não tem como fazer campanha. Dia 18, em Curitiba, vamos ver a multidão que vai estar aguardando o Lula. Vamos ver onde que ele vai andar aqui em Curitiba. Vai andar escoltado de seguranças. Lógico, pagos pelo Governo Federal, pelo povo brasileiro. Lamentavelmente, isso aqui ainda acontece em nosso País. Mas, então, estão aqui as minhas boas-vindas ao Presidente Lula: a Federal lhe espera! Se não for hoje, amanhã, mas um dia isso vai voltar a ser verdadeiro. O dia que tivermos um Judiciário bem sério realmente esse larápio volta para o lugar devido. E, também, aqui, quero parabenizar o Governador, porque encaminhou para nós o



Projeto para retirar o uso de máscara, que já deu o que tinha que dar. É lógico que aqui em Plenário pode sofrer aqui, pode vir algum Decreto após aprovar isso aqui da Secretaria da Saúde, para exigir em lugar fechado, enfim, isso não cabe a nós aqui, vai caber à Secretaria da Saúde. Na minha opinião, e de muita gente que conversamos, ninguém suporta mais ficar usando máscara, que já está sendo prejudicial à saúde. Então, fico muito feliz. Fui Relator do Projeto, hoje, aqui na Comissão de Saúde. Fico feliz porque é um Projeto que venho defendendo aqui a retirada de máscara, não é hoje, tem um Projeto de Lei meu aqui que encaminhei também, como outros Deputados fizeram, para tirar a desobrigação do uso de máscara. Bom, vou finalizar aqui. Acho que o recado já foi dado e se alguém quiser debater a respeito de Governos, esquerda, Governo PT e Governo Bolsonaro, estou à disposição. Venho aqui com fatos e com números. Não com conversa fiada... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Vou concluir, Sr. Presidente. Vamos vir aqui com estudo. Vemos a economia, estudamos a economia do Brasil, estudamos a economia mundial, fazemos as devidas comparações. Vamos falar a verdade. O Brasil hoje está muito melhor do que antes. É o País que mais está recebendo investimentos internacionais. Isso quer dizer que voltou a ter credibilidade. Esta mesma credibilidade que o PT tinha liquidado, quando foi descoberta tamanha falcatrua que foi feita em nosso País. E espero que nunca mais esse partido das trevas volte ao poder. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Liderança do MDB, com a palavra o Deputado Anibelli Neto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Senhor Presidente Tercílio Turini, Sr.^s e Sr.^{as} membros da Mesa Executiva, Sr.^s e Sr.^{as} Deputados, funcionários da Casa,



amigos que nos assistem pela *TV Assembleia*. Subo à tribuna, nesta terça-feira, para tentar transmitir o sentimento de todo emedebista, o qual tenho orgulho de ser Presidente Estadual do MDB do Paraná. Eu que venho da juventude, Deputado de terceiro mandato, Líder do MDB, ocupei muitos cargos na Executiva e me preparei para chegar neste tão sonhado dia, no qual conseguimos uma grande vitória em uma convenção, no dia 31 de julho do ano passado. Setenta e seis por cento dos delegados entenderam que tínhamos a condição de tocar o partido e confesso, meus colegas, que isso me encheu de entusiasmo, mas com muita responsabilidade. Desde aquele dia, penso muito mais no MDB e em como vai ficar esse grande partido que está no meu coração, no meu sangue e de muitos e muitos paranaenses e brasileiros do que o meu mandato. Então, resolvemos trabalhar, rodar o trecho, visitar todos aqueles que nos convidavam e fizemos, sim, um compromisso, no dia 4 de agosto do ano passado, com o então nosso Presidente Baleia Rossi, ao qual nós, tanto eu como o Deputado Sergio Souza, fizemos um compromisso de ter uma chapa completa a Deputados Estaduais, Federais e no mínimo ter um candidato a Senador. Jogo limpo, jogo transparente, jogo não fechado no escritório, jogo claro, porque aprendi com o meu pai que a maior malandragem, Deputado Bazana, é jogar limpo. E corremos o trecho, fizemos encontros regionais, já há quase que sempre respeitando a questão da pandemia, com a questão do álcool em gel, a questão do distanciamento, mas varrendo para dentro e trazendo lideranças e fortalecendo este grande partido, que tem uma história muito bonita em todo o Estado do Paraná. Fizemos a convenção da juventude no dia 6 de novembro. Fizemos encontros em Maringá, Apucarana, Toledo, encontros regionais, e eis que fomos convidados então pelo atual Governador, por meio da nossa Executiva, para que pudéssemos colaborar com o Governo do Estado. Em cima da nossa linha, do nosso estatuto, que pudéssemos efetivamente colaborar, construir, fazer as críticas construtivas para que o Governo pudesse dar o retorno à população que o elegeu. Tivemos, então, no dia 25 de janeiro, com o Governador, toda a Executiva,



lá estava também o Deputado Nereu Moura. E, no dia 7 de fevereiro, criamos as coordenadorias regionais, até cinco líderes por associação, das 19 associações que tem o Estado do Paraná. Com o qual compromisso? Conversar com a base, ver quais seriam as lideranças que teriam vontade de ser candidato a Deputado Estadual, Federal, fazer uma radiografia dos diretórios em torno da sua localidade e ter o sentimento do emedebista de qual é o caminho que tínhamos que trilhar. E eles fizeram esse trabalho que culminou na segunda-feira, dia 14, mas antes da segunda-feira, dia 14, tivemos dois grandes eventos. A nossa pré-candidata Simone Tebet, essa pessoa encantadora, guerreira, preparada, que não tem medo do enfrentamento, porque tem experiência administrativa, tem vontade de ajudar o Brasil, tem a expectativa de voltar a criar a esperança no coração brasileiro, sair dessa absurda polarização que um é melhor que o outro e o outro é melhor que um. E, acabada a eleição presidencial, quem perder vai ficar continuando a briga por mais quatro anos. Confesso, meus caros colegas, que tive a oportunidade de estar junto da Senadora Simone Tebet, na sexta-feira, fazendo uma visita institucional ao Governador e, logo em seguida, uma visita institucional ao Prefeito Rafael Greca. E, logo em seguida, uma visita à Associação Comercial do Paraná, com o movimento Pró-Paraná e o famoso IDL, que é o Instituto de Democracia e Liberdade, comandado por figuras históricas, como meu amigo Nilson Sguarezi, Ex-Deputado e Presidente desta Casa, como o Ex-Governador Mário Pereira, e ela foi fantasticamente bem. Confesso que várias pessoas que estavam lá me disseram: *Ela foi a melhor pré-candidata que esteve aqui na Associação Comercial.* Isso nos enche de esperança, de alegria, para que essa terceira via tenha a capacidade, a sensibilidade de se unificar e dar um novo rumo para o nosso Brasil. Na sequência, tivemos no sábado, dia 12 de março, dois grandes eventos, que foi a convenção do MDB Afro, onde o MDB do Paraná, mais uma vez, faz história e consegue criar o primeiro diretório do MDB Afro do Brasil, demonstrando o respeito que temos por esse público. E tenho a certeza de que, sob o comando do Professor Aloisio Nascimento, faremos um grande trabalho,



desenvolvendo políticas públicas que possam efetivamente trazer essas pessoas, dando valorização e dignidade às suas lutas. Na sequência, tivemos também, no mesmo local, a convenção do MDB Mulher. A professora Sílvia, professora da rede estadual que aceitou o desafio e foi eleita Presidente Estadual do MDB Mulher, por unanimidade. Núcleos importantes, minha gente, núcleos importantes que têm história e que farão um trabalho de divulgação, em primeiro lugar, da nossa pré-candidata Simone Tebet. Quero aqui também dizer da alegria, do orgulho, como emedebista, desta esperança, desta expectativa, desta alternativa que será colocada para a população brasileira. Experiência, sensibilidade, humildade. Todas as respostas ela dava com competência, com dados, com vontade, demonstrando efetivamente que o Brasil é muito mais do que uma polarização. O Brasil é dos brasileiros, independentemente do que gostem, mas que amem este País e que querem oportunidades para ter emprego, dignidade e sustento para as suas famílias. Quero aqui também, com muita satisfação, trazer aos colegas e à população paranaense que segunda-feira, ontem, os coordenadores se reuniram, porque neste momento o nosso partido conversa com a base, conversa com a militância para ter a sensibilidade e dar o norte. E, por ampla maioria, por ampla maioria de todos aqueles que vieram, que falaram, que deram o seu sentimento, a sua opinião a respeito do caminho que o nosso MDB deve seguir, eles entenderam que o MDB do Paraná deve aceitar o convite colocado pelo Governador Ratinho Junior, com o intuito de fazer políticas que efetivamente estejam no nosso estatuto. E venho, neste momento, ler, Presidente Tercílio Turini, a carta programática que foi aprovada por unanimidade, a qual iremos distribuir para imprensa para que possamos, neste momento, definir qual é o rumo que queremos e para onde vamos. “O Movimento Democrático Brasileiro do Paraná acredita que o diálogo franco na política serve de antídoto contra interesses obscuros, vaidades individuais e coletivas, sendo esse um dos pilares deste partido que marcou a transição do Brasil para uma democracia consistente, em respeitar as diferenças entre pessoas e grupos, facilitando um entendimento



construtivo e comum. Por essas razões, ao aderir a uma aliança programática com o Governo do Paraná, esperamos que a discussão de políticas públicas e a aplicação de tais políticas sirvam para o enfrentamento da crise sanitária, econômica e política que o País atravessa. Trata-se de pensar no coletivo, sem vaidade, sem objetivos que privilegiem indivíduos em detrimento de outros. A marca do MDB de 2022 é a serenidade, sem truculências, desde as conversas de corredor até os grandes acordos eleitorais requerem-se diálogos. Antes de emedebistas, somos contribuintes eletores com o mesmo poder, qual seja o do voto, falamos entre pares, longe dos extremismos que nos segregam, machucam e marcam as gerações futuras. Vamos enfrentar e sair das dificuldades juntos. Nós do MDB consideramos que todas as alternativas possíveis devem ser avaliadas, e que a decisão por um ou outro caminho é um trabalho de responsabilidade compartilhada. A seguir, a pauta que propomos ao Paraná.

Geração de empregos. O trabalho formal de um microempreendedor e de uma megacorporação ou de outros modelos de relação oferecem aos indivíduos dignidade para manutenção da vida e das famílias, e ao Estado condições de medir a produção de riquezas. Empreendedorismo. Nosso partido... (É retirado o som.)

Regimes tributários que beneficiam os pequenos. Ampliação das tarifas sociais. Ainda mais agora diante das dificuldades trazidas pela pandemia é urgente olhar para os paranaenses que precisam de uma força na água, luz e gás. As tarifas especiais devem integrar um conjunto de ações que levem à autonomia dos beneficiários.

Municipalismo. Abandonar as ações do Estado a granel e fazer o Estado um ouvidor atento às necessidades de cada localidade. Além de valorizar Prefeitos e associações locais, fazer dos municípios cogestores de projetos de desenvolvimento social e de criação de renda.

Saúde. Descentralizar a saúde. Ao olhar para modelos de gestão e de funcionamento que desafoguem os processos de entrada. Investir vigorosamente em... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, para concluir, por favor.



DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Investir vigorosamente em saúde da família como prevenção de doenças e agravamentos. Olhar com afetividade para os temas da saúde básica e mental do Paraná. Educação. Valorizar o professor como facilitador do processo de aprendizagem. Isto é, tornar-se um Estado que acredita na educação como caminho de futuro e que a compara em relação a países com maior renda. Fomentar a vivência familiar na atividade educacional. Serviço público. Garantir o diálogo com o servidor por meio de um sistema de... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado, por favor. Trinta segundos, Deputado, por favor.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Identificar abusos morais ou de qualquer natureza. Pedágio. Exigir do Governo Federal a menor tarifa e completa transparência. Agricultura. Acelerar a diversificação da nossa produção, dando mais alternativa de renda para os nossos produtores rurais. Avançar na legislação para melhorar a qualidade dos nossos produtos, criando um ambiente positivo para investimentos que fortaleçam as mais diferentes cadeias produtivas, dando assim mais dignidade para as famílias do campo. Manter a prática constante de desburocratização...” (É retirado o som.) Agradeço muito, mas é importante marcharmos na construção, porque daqui para frente conto com isso, este momento de valorizar os emedebistas, mas ter a humildade, o caráter de escolher um caminho e cobrar, e lá na frente termos a certeza de que o caminho escolhido foi esse. Muito obrigado e viva o MDB!

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Registramos a presença nesta Casa do Vereador de Medianeira, Sr. Pedro Seffrin, por solicitação do Deputado Nelson Luersen. Seja sempre bem-vindo! Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.



DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Quero fazer aqui uma reflexão a respeito do plano de saúde dos servidores da Copel, mas, antes, Sr. Presidente, é óbvio que temos que rapidamente, até porque é recorrente, mas dizer ao Deputado que foi à tribuna falando que o Lula não pode sair nas ruas ou que o Lula vai voltar aqui para Polícia Federal, que essa preocupação não tenha. Não tenha essa preocupação porque, como sempre falo, *o choro é livre*, mas o Lula continua com 42%. **O choro é livre.** Sei que os bolsonaristas, os do MBL, que, aliás, esse povo do MBL devia dizer aquela história do *Mamãe Falei* lá, que parece que escolheram agora não falar sobre o assunto. Ou os valentões lá, aquele maringaense que foi para Guerra da Ucrânia, dizendo que ia lá bolsonarista combater os comunistas e que, de repente, voltou correndo porque disse que era uma guerra de verdade. Então, não podemos perder muito tempo respondendo a essas coisas que são recorrentes. Com todo o respeito que tenho ao Deputado, mas francamente não dá para entrar nesse tipo de debate. É difícil. É difícil porque vamos ter uma atividade com o Ex-Presidente Lula e com o Ex-Governador Requião aqui, na sexta-feira, vamos ter no sábado e, no final do ano, as eleições vão definir. Mas o que tenho a dizer, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados, que o Lula em nenhum momento esteve andando de *jet-ski* para cima e para baixo enquanto a população morria de fome. Em nenhum momento, ficou flanando com seus filhos impedindo investigações, retirando delegados, substituindo discurso correto por discursos fantasiosos. Em nenhum momento colocou a sua mulher para receber cheques do seu principal assessor, que era o da *rachadinha*. Não teve filhos com mansões de 4 milhões, 5 milhões, 6 milhões. Mas acho que isso esse povo não gosta de falar, não é, porque, como falei, *o choro é livre*. Então, continua *no choro* aí que vamos *tocando nossa boiada*. Ou, como dizem sempre, enquanto alguns falam, a caravana passa. Venho à tribuna, Sr. Presidente, porque a Copel, que é uma, sem dúvida nenhuma, uma das mais importantes empresas de energia elétrica do Brasil e é a mais importante empresa do Paraná, tem tido algumas ações que são, pelo



menos, surpreendentes. Não só pelo seu lucro, que aliás é um lucro obtido por meio de um aumento contínuo das taxas de energia elétrica, mas porque a Copel tem feito algumas movimentações que são muito, como disse, muito simbólicas, mas também curiosas. Uma delas é de uma empresa chamada Nex Energy. Essa empresa, alguns dizem que é do Sr. José Luiz Demeterco, não sei se é ou não, que está usando o nome da Copel, assim como faz a Copel Telecom, que não é mais da Copel, e com uma autorização traz da Copel, esta empresa que está aqui faz uma propaganda de venda, Deputado Arilson, de energia a um preço facilitado. Até aí tudo bem, inclusive me falaram que talvez ela vá arrendar algumas usinas eólicas da Copel, mas essa mesma empresa, a Copel que também deverá vender parte da Usina de Areia, essa mesma empresa, que é uma *startup*, tem tido apoio da Copel, da direção da Copel, e a Copel direção diz que ela está sendo avaliada pela Copel. Olha, está sendo avaliada para quê? Para ser comprada por um bom preço lá na frente, quando, na verdade, diz que irá alugar as usinas eólicas da Copel? Não sei. Mas essa é uma das curiosidades que temos. A outra, é uma curiosidade que vem com a Copel Telecom. A Copel Telecom, o Governo do Estado do Paraná, falava agora há pouco com o Deputado Arilson, não é a única, mas é uma das situações curiosas, a Secretaria da Administração e Previdência, o Governo do Estado do Paraná, a Secretaria de Estado e Previdência, Departamento de Operações de Serviços de Contrato, tem um contrato continuado aqui 126/2022, do pregão presencial 33/2021. O contratante Governo do Estado do Paraná, por meio da Secretaria de Estado da Administração e Previdência, Seap. A contratada, atenção Sr.^o Deputados, a contratada Copel Telecomunicações. Ué, mas a Copel Telecomunicações não foi vendida pela Copel, porque era uma empresa que já não fazia mais parte do portfólio da Copel e não servia mais para a Copel? Essa mesma empresa Copel Telecomunicações está sendo contratada, está aqui o protocolo n.^o 18.143.378-7, objeto, contratação de operador de telecomunicações para prestação de serviço de comunicação de dados para composição do sistema de telecomunicações do



Paraná, STP, conforme descrito no termo de referência. Valor do contrato: R\$ 143 milhões, 398 mil, 839 reais e 0,36 centavos. Aí a dotação orçamentária e a vigência 48 meses, iniciada a partir de 9 de março. Ora, venderam a Copel Telecom e agora contratam a Copel Telecom. Qual é a lógica? Você tem uma empresa que é superavitária, você tem uma empresa que tem a maior rede de fibras do Brasil, você tem uma empresa que está entre as melhores do mundo na sua especialidade e você diz que ela não serve mais e aí vende. E aí você contrata a mesma empresa que foi vendida, só para esse contrato, por 148 milhões. Acredito que essa empresa é a mesma que fez a seguinte jogada, recebemos duas contas da Copel Telecom. A Copel Telecom fez uma jogada tributária para deixar de arrecadar ICMS sem repassar benefício para o consumidor. Ela faz alteração no plano dos consumidores. A recusa ela não pode ser feita. Encaminhamos duas contas da Copel Telecom. Uma de dezembro e outra de março, valor de R\$ 149,90. Em dezembro o ICMS recolhido pela Copel é de 43,47, agora em março é de R\$ 26,22 centavos. Ou seja, qual a mágica para reduzir a arrecadação do Estado? Reduziram a tarifa do plano de 149 para 90. Mudando a base de cálculo, inserindo um monte de assinaturas sabe-se lá do que, recolhendo apenas 0,59 de ISS. Conclusões, reduziram a arrecadação de ICM de 17,65 por mês, mas não repassam para o usuário. Essa é a Copel Telecom que está sendo contratada agora. E aí para terminar a história da Copel, que acredito que um dia vamos ter que ter outra CPI da Copel, a Copel fez um plano com a Panvel, a Fundação Copel, onde, Deputada Luciana, os funcionários da Copel só podem comprar medicamento e descontar em folha se for pela Panvel. Tem Panvel no Estado todo? Não, não tem. A Panvel atende aos sábados e domingos? Não, não tem. A Panvel é do Paraná? Não, ela é de Porto Alegre. Foi feita licitação? Ninguém sabe. Os valores da Panvel são os mais caros do mercado. E o que me surpreende é que nesse processo que a Panvel faz com os trabalhadores da Copel, ela não permite que seja feita a entrega imediata. Ela pede 48 horas para que o medicamento seja entregue. Hoje os aposentados da



Copel estão encontrando dificuldade. A maioria dos funcionários que estão nesse plano, cerca de 8 mil, tem mais de 54 anos. A Panvel não tem a rede que deveria ter na região de Francisco Beltrão. Não tem na rede de Maringá. Aqui em Curitiba não tem uma grande rede, ainda que tenha várias farmácias da Panvel e muita propaganda. A Panvel é do Rio Grande do Sul. Quanto custou para contratar a Panvel? Queremos saber. Quanto que a Fundação Copel está pagando para fazer esses débitos de medicamentos comprados em folha? Queremos saber. Deputado Gugu, tem Panvel em Cascavel? Então, e tem Panvel em Cascavel o senhor procure comprar medicamento, desculpe, estou tomando a liberdade de falar com o senhor pela franqueza que temos aqui, mas experimente comprar medicamento sábado e domingo, Deputado. Não tem como, porque ela fecha sexta-feira à noite. Aí se ligarem para entregar medicamento, ela manda 24, 48 horas, ou se não tiver medicamento ela manda buscar em Porto Alegre. Então, sei que o senhor também está interessado que os *copeleiros* sejam bem atendidos. Acho que deveríamos convidar, já fizemos um convite por três anos e não deu nada, mas convidar a Fundação Copel para explicar nesta Casa o que, afinal, aconteceu que a Panvel administra todo esse patrimônio e quando o servidor compra o medicamento à vista, em farmácia onde ele é mais barato, ele tem que fazer o ressarcimento e esperar por um período longo para ressarcir o medicamento que a Fundação Copel faz. Não estou aqui afirmado que há irregularidades na contratação, até porque não tenho o contrato, mas pretendo obter o contrato para, aí sim, Sr. Presidente, Sr.^o Deputados, possamos afirmar o que... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu, por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Agora, é surpreendente que essas coisas estejam acontecendo. A Copel vende a Copel Telecom e contrata a Copel Telecom. A Copel vai vender a Usina de Foz de Areia, porque se não tem dinheiro, está com R\$ 8 bilhões, mas distribuiu R\$ 2 bilhões



em dividendos. A Fundação Copel contrata uma empresa de Porto Alegre para entregar medicamentos que não são entregues antes de 48 horas, quando tem medicamento mais barato no Paraná. A própria Fundação Copel diz que não pode publicizar o contrato. E a Copel Telecom, que antes era o *patinho feio* da Copel, virou agora a principal estrela, Deputado Arilson, do Governo do Estado que está contratando, a Fundação Copel está contratando a Copel Telecom, está contratando todo mundo, sem que haja uma explicação lógica. Por isso, peço desculpas àqueles que acharam que íamos responder ao que foi dito aqui a respeito do PT, mas o PT está na frente e pode continuar que vamos responder. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Próximo orador, Deputado Nelson Luersen.

DEPUTADO NELSON LUERSEN (PDT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas. Subo até esta tribuna para falar a respeito de um assunto que está mexendo muito com o sudoeste Paranaense e o Oeste Paranaense, inclusive vários Parlamentares ontem já trataram do assunto, que são as constantes quedas de energia elétrica em toda a região. Quedas que vêm trazendo prejuízos imensos, seja no setor agrícola, comercial, industrial, seja para os residentes, para as pessoas que têm a luz interrompida nos seus lares, dificultando a vida do cidadão. E tivemos a felicidade de receber, com o nosso Presidente Traiano, com Vereadores, Prefeitos, lideranças, lá esteve a Deputada Luciana também, Deputado Reichembach, onde tratamos com o Presidente da Copel e sua equipe desse problema que, nos últimos dias, tem tirado o sono, principalmente, do setor produtivo da região. Industriais reclamando que a indústria tem a sua produção interrompida devido à queda, o cidadão que mora em edifício tendo problema com elevador, o cidadão do comércio tendo que fechar as portas porque o sistema está fora do ar, porque não consegue trabalhar, porque não consegue atender à sua população. E sabemos que a Copel tem feito investimentos nessa área, tem



melhorado as linhas de transmissão, tem levado a rede trifásica para o interior do nosso Estado do Paraná, que é fundamental para dar uma energia de qualidade ao nosso produtor. E entendemos que o consumo de energia dos municípios paranaenses, principalmente no Oeste, no sudoeste, nos últimos dez anos dobrou. Dobrou o consumo. E as linhas de transmissão não conseguiram acompanhar essa demanda. E o Presidente da Copel foi muito enfático, ele mostrou os investimentos, os investimentos são altos. Uma previsão de investimento, somente este ano, no sudoeste do Paraná de mais de R\$ 350 milhões por parte da Copel e do Governo do Estado, mas, mesmo assim, os problemas continuam. E fiquei feliz de ver na reunião que, por sugestão do Daniel Slaviero, Presidente da Copel, será formado um comitê de crise energética lá no sudoeste do Paraná e espero que isso aconteça também no Oeste do Paraná, porque tem vários municípios que representamos naquela região, para tratar desse assunto. O comitê vai ser formado por lideranças da Prefeitura, da Câmara Municipal, lideranças dos sindicatos, das cooperativas, do setor produtivo, da Associação Comercial Empresarial das cidades, para ver as demandas de cada município e repassar essas demandas para a Copel, para que possamos cobrar da Copel. E a Copel, conforme vai podendo, vai resolvendo esses problemas. Então, achei a reunião muito produtiva, achei que foi importante e é só com muita discussão e dedicação e também trabalho por parte da Copel que vamos conseguir o resultado almejado, o setor produtivo aumentar a produção, aumentar o investimento, o agricultor que vai construir um aviário, que vai construir um açude de peixe ou uma ordenha e ele quer ter a segurança que vai ter energia de qualidade, que vai ter energia na hora certa. Não dá para pensar diferente. Um agricultor que tem 20, 30 vacas em lactação, não tem como tirar o leite mais manualmente, não é, Deputada Luciana, tem que se por intermédio da ordenhadeira. E a ordenhadeira precisa do quê? Precisa de energia elétrica de qualidade. Então, sem dúvida nenhuma, foi uma ótima reunião, Sr. Presidente. Acho que foi produtiva. Quero parabenizar a Assembleia Legislativa, na sua pessoa, pela iniciativa, e, com certeza, haveremos



de achar uma solução. Outro assunto também, Sr. Presidente, que vem sendo tratado aqui nos últimos dias é o uso da máscara. Sabemos que a máscara foi fundamental, a prevenção foi fundamental para combatermos o coronavírus, mas acho que chegou o momento de repensarmos. Fico feliz de vermos que aqui na Assembleia Legislativa já estamos discutindo esse assunto. Vários me telefonaram, me cobraram, dizendo que está na hora de abrirmos mão da máscara ao ar livre, quem sabe nas escolas para os alunos de ensino fundamental, fazendo com que as pessoas possam ter mais liberdade. Claro, se a pandemia voltar a aumentar, voltamos a usar a máscara, volta a fazer com que tenhamos um controle maior, mas acho que o momento é de repensarmos e tenho certeza de que no nosso Secretário Beto Preto também está pensando dessa maneira. E hoje ainda recebi uma comitiva, Sr. Presidente, para tratar do PL do passaporte sanitário. Acho um absurdo as pessoas exigirem o passaporte sanitário, porque não temos, cada dois, três dias, fazer exame. Então, pedir para as pessoas se vacinar, fazer o controle sanitário, fazer o controle da temperatura das pessoas, aqueles que têm Covid ficar isolado é essencial para combatermos a doença. Mas a exigência do passaporte sanitário acho um verdadeiro absurdo, contradiz com a lei, contradiz com o direito de ir e de vir dos cidadãos paranaenses. Então, seria isso, Sr. Presidente. Agradeço a atenção de todos. Estamos juntos para ajudar o Estado do Paraná. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência registra a presença na Casa do Sr. Julio Armando Canido Mendez, Vereador da cidade de Inácio Martins, por solicitação do Deputado Alexandre Curi; do Vereador de Nova Aurora, Sr. Adriano de Biasi, também por solicitação do Deputado Alexandre Curi; dos Vereadores de Lindoeste, Euri Chiero e Douglas Henrique de Souza, por solicitação do Deputado Marcio Pacheco; do Vereador de Marechal Cândido Rondon, Sr. Moacir Luiz; do Vice-Prefeito de Sertanópolis, Sr. José Rogério dos Santos; da Presidente da Câmara, Sr.^a Leila de Castro; dos Vereadores Anderson Reis e Marco Aurelio, por solicitação do Deputado Tiago



Amaral. Sejam todos bem-vindos. Pela Liderança da Oposição, Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Boa tarde, Presidente Traiano. Boa tarde a todos e todas. Parece que a pandemia acabou. Aliás, é a certeza que alguns têm aqui nesta Casa quando falam sobre Covid. Ontem 1 milhão 207 mil pessoas, 848 infectadas pela Covid. Duas mil e seiscentas mortes, isso no mundo. Aqui no Brasil, 13.429 casos, 187 mortes no Brasil. Cinco mortes no Paraná. E aqui a Casa discute alguns temas. Um deles proposto pelo Governo do Estado, um Projeto de Lei que revoga a atual lei que obriga o uso de máscaras, mas não temos uma garantia do que será amanhã. Ao ser revogada a lei, Deputada Luciana, fica amanhã não tendo obrigatoriedade. Há um vácuo legislativo. Diz o Governo que será implementada via decreto, mas não se diz quando, como e do jeito que será. Quero lembrar que o vírus não segue rito burocrático e legislativo. O vírus não segue orientação por decreto, por lei. O vírus ataca, mata. É um vírus letal em muitos casos. E existem duas maneiras de combater esse vírus: uma medida farmacológica, que é a vacina, e algumas medidas não farmacológicas, dentre elas o distanciamento social, se evitar aglomerações em lugares fechados, o uso de máscara, a higienização de mãos e regras, como a apresentação do comprovante de vacina. Esses meios são indicados pela Organização Mundial da Saúde e também por outras instituições. É autoridade sanitária e a Ciência que fala sobre Covid. E esse foi o posicionamento desta Oposição por muitas vezes. Votamos aqui favorável o uso de máscara. Sabe por quê? Porque não existia um instrumento legislativo saído da mão do Governo do Estado do Executivo. Ao o Governo demorar ou omitir-se, nós nos posicionamos. Agora vamos revogar o único instrumento que cria obrigatoriedade para ficarmos reféns de talvez o Governo fazer, quando fizer, como fazer e quais meios adotados para serem feitos. Neste interstício de tempo o vírus vai tirar férias e não vai atacar ninguém. Não vai se proliferar etc. Gente, a pandemia não acabou. E quero fazer uma pergunta aqui, Presidente? Para a contradição que tem aqui dentro desta Casa.



Aqui vota-se projeto de calamidade pública para município porque existe uma pandemia, mas vai abolir o uso de máscara, porque reconhece que não estamos com a pandemia como estávamos antes. Tem que entender. Tem que saber quem é contra o uso de máscara não pode votar decreto, Deputada Luciana, de calamidade pública. Quem é contra a apresentação do comprovante vacinal, não pode votar decreto de calamidade pública, porque não reconhece a pandemia. Votarei a favor dos projetos de calamidade pública porque reconheço que existe uma pandemia. E, por reconhecer que existe uma pandemia, sou favorável a obrigatoriedade do uso de máscara, das medidas que incentivem o uso de vacinação e daquelas que cobrem vacinação em locais que aumentam, sim, a possibilidade de contágio, infecção e transmissão. É nítido, certo cientificamente comprovado o que as vacinas fazem. Reduzem a transmissibilidade, reduzem o contágio, reduzem o risco de morte, reduzem o risco de estágio grave da doença e reduzem a transmissão comunitária. Assim como o uso de máscara também contribui, sendo uma medida não farmacológica. Agora, abrir mão de duas importantes ferramentas cria uma situação muito perigosa ao povo paranaense. Mas, Deputado Traiano, se esta Casa revogar a lei do uso de máscara e entender que cabe à autoridade sanitária fazer a legislação sobre isso e cobrar o uso, também entende que a proibição de passaporte sanitário é de competência exclusiva da autoridade sanitária e não desta Casa. *Pau que bate em Chico bate em Francisco.* Ao reconhecermos que é a Secretaria quem delimita e determina a forma e o uso, também vamos reconhecer que quem vai proibir ou não a apresentação de comprovante vacinal é a Secretaria de Estado. É a autoridade maior de saúde pública. O que não dá é para fazer um discurso aqui proibindo o passaporte dizendo que é competência da Casa, e agora vem dizer que não é obrigado ter lei, porque é a Secretaria que é responsável. Tem que escolher o lado que está. Não dá para discutir favorável uma coisa porque interessa a ele e discutir contrário a outra. Parecem tempos sombrios. E aí pergunta assim: *Mas, Deputado Arilson, se a tua posição é essa, por que o senhor apresentou um*



projeto que exige o comprovante de vacinação? Justamente porque o Estado do Paraná se omite, não tinha nenhum instrumento cobrando isso e na ausência de o Estado fazer o seu papel, como legislador, a competência sobre saúde é tripartite: União, Estado e Município, fiz o Projeto de Lei. Projeto de Lei que sequer chegou a sair da CCJ, mas o Projeto que proíbe a cobrança do comprovante de vacinação estava em regime de urgência, foi retirado por uma decisão do Tribunal de Justiça por uma medida cautelar implementada por esta Oposição, pois entende que desrespeitou o Regimento Interno. Também se pedia que agora tivéssemos proibição por uma lei feita por esta Casa. Quero entender: se é a autoridade sanitária, a Secretaria, que vai dizer se é obrigado usar máscara ou não, onde será obrigado ou não, isso significa que também é a Secretaria da Saúde que vai exigir ou não e onde exigir ou não o comprovante de vacinação. Não dá para usar dois pesos e duas medidas distintas para a mesma matéria, até porque estamos falando de coisas muito sensíveis para a saúde do povo paranaense. Saúde essa que necessita de medidas, medidas de regras, medidas impositivas pela autoridade sanitária: distanciamento, uso de máscara, álcool em gel e tantas outras mais, e farmacológicas, como o uso de vacina. E, aqui, Presidente, quero fazer uma indagação: nós, nesta Casa, tínhamos um combinado que as Sessões remotas pautariam como prioritariamente temas relacionados à Covid e à pandemia. Esse Projeto de Lei de minha autoria, do passaporte vacinal, é relacionado diretamente e não foi pautado. Então, quero cobrar o compromisso de uma situação desenhada por esta Casa durante a instituição da Sessão híbrida, e aqui afirmar o compromisso da Oposição com a vida. A Oposição segue a Ciência, a Oposição segue experimentos científicos que tiveram testagem, que tiveram pesquisa e que têm, sim, julgamento e apreciação coletiva. A Oposição não segue opinião isolada de algum ou outro profissional ligado à área de saúde pública. Seguimos as recomendações sanitárias. E, por isso, Deputado Hussein, Líder do Governo, vou pedir para V.Ex.^ª, se possível, explicar-nos qual é a posição da Secretaria da Saúde sobre o que está acontecendo. A Oposição vai votar “não”,



por entender que não se pode extinguir a única lei que obriga o uso de máscara e se esperar ainda um tempo para que isso ocorra. Portanto, cobro novamente que o Governo coloque com mais detalhes como se dará esse processo. Por fim, Presidente Traiano... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado, por favor, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Por fim, Presidente Traiano, quero agradecer aqui ao Governo do Estado. Hoje fui conversar com o Líder Hussein Bakri, conversei com o Secretário da Segurança, Coronel Marinho. Eu e a Deputada Luciana fomos muito bem recebidos para falar um pouquinho do evento que vai ter dia 18, com a presença do Ex-Presidente Lula, aqui em Curitiba, e no dia 19 em Londrina, preocupados com a segurança, e de forma muito republicana e com o respeito institucional necessário, o Secretário se colocou à disposição para ajudar na segurança do evento que irá acontecer. Quero agradecer a oportunidade. Obrigado, Deputado Hussein.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Último orador, pela Liderança do Governo, Deputado Hussein.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Caro Deputado Líder da Oposição, V.Ex.^a não precisa agradecer. Esse é um dever constitucional do Estado ainda mais que se trata de um Ex-Presidente. Gostem ou não gostem, mas é o dever constitucional. E V.Ex.^a será contatado pela Casa Militar para que possa ultimar detalhes relativos a esse evento que contará com a presença do Ex-Presidente aqui e que terá todo o apoio da segurança do Estado do Paraná. Pode contar com isso. Gostaria, também, Sr. Presidente, de pedir a atenção de todos, acho que é salutar quando se tem posição. Gosto de gente que tem posição. E a nossa Oposição tem uma posição clara quanto às máscaras. Já foi dito aqui, respeitamos e acho salutar, mas a Situação ela não se baseia, Deputado Arilson,



em princípios de um ou outro cientista, são fatos concretos. Temos visto um decréscimo da pandemia, nós e o Governo entendemos que é o momento de liberar o uso das máscaras e, respeitosamente, entendemos dessa forma. E, para tal, a forma que o Governo achou foi mandar um substitutivo para cá para revogar a lei existente que trata do tema de autoria do Deputado Romanelli, que teve um efeito fantástico. Foi muito importante essa lei, ajudou muito, não podemos esquecer dessa lei aprovada por todos os colegas. Só que é outro momento agora. Agora quero falar, Deputado Arilson e Deputados que compõem aqui esta Casa: se tem uma coisa que não abro mão é da credibilidade que conquistei com os colegas. Não abro mão disso. Não abro mão de a palavra que falo aqui ser respeitada. Todos que trabalham comigo aqui sabem que nunca falhei com colega nenhum. Às vezes, gostem ou não gostem, trago uma posição clara para todos. Então, a posição clara é a seguinte: a partir do momento que for revogada a lei aqui, ato contínuo, sem lapso temporal nenhum, o Governo do Estado vai editar um decreto que vai regulamentar o funcionamento do uso de máscaras no Estado do Paraná de forma técnica. De forma a respeitar as medidas sanitárias, portanto, os senhores fiquem seguros disso. Falei há poucos minutos com o Secretário Beto Preto, falei com o Governador do Estado Ratinho Junior. Existe essa determinação do Governador que tão logo cessem os efeitos dessa lei, o Governador receba aqui essa lei, vai sancionar, e, ato contínuo, já vai editar o decreto que vai regulamentar. Portanto, senhores e senhoras, podem ficar seguros de que o Paraná não ficará descoberto momento algum de regulamentação sobre o uso de máscaras, até porque é uma precaução, aliás, que todos temos que tomar. Portanto, quero deixar clara essa posição e gostaria de pedir a colaboração, se possível. Agradecer à Mesa, que, se possível, pudéssemos encerrar o mais rápido possível com essa garantia que dei aqui na tribuna. Estou falando de público. Essa é a minha garantia, essa é a garantia do Governador, essa é a garantia do Secretário Beto Preto, de que não teremos nenhum prejuízo em nenhum momento, de forma técnica. Senhor Presidente e



demais colegas, gostaria também de me reportar aqui, que o *Projeto Paraná Trifásico*, que o Deputado Nelson Luersen colocou, vai alcançar números fantásticos e vai alcançar no Paraná inteiro, investimentos que vão modernizar nosso sistema de energia. Nossa sistema estava totalmente defasado, realmente algumas regiões estão pagando caro por esse problema e vamos superar isso com esses investimentos. O Paraná perdeu muito tempo investindo em outros estados. A Copel investia em estados que o Paraná não tinha interesse. Hoje os investimentos, por determinação do Governador Ratinho Junior, estão sendo feitos no Paraná e exclusivamente no Paraná. Mas, Sr. Presidente, tenho um respeito profundo pelo Deputado Fruet, mas profundo mesmo, acho que ele cumpre o papel dele de Oposição, mas o Deputado Fruet só tem no mapa dele, só o Paraná, não tem mais nada. Acho que ele tinha que dar uma olhadinha no mapa. Ele atribui aqui, ao Governador, a questão do combustível, só para ele. Não tem mais nada de problema no Paraná, no Brasil. O problema é só o Ratinho Junior. Acho que ele está no direito dele, mas o Ratinho Junior está bem tranquilo, viu Fruet, fique tranquilo que ele está com quase 60% na pesquisa, está resolvendo o problema dos militares que V.Ex.^a sabe muito bem, está resolvendo o problema dos policiais civis, está resolvendo os problemas do Estado que há muitos anos não eram resolvidos, está valorizando o funcionalismo, está atendendo aos municípios com recursos jamais vistos na história desse Estado, então, o nosso Governador está muito contente e confiante com o futuro do Paraná. E evidentemente que V.Ex.^a está no direito de fazer oposição, de fazer críticas, mas pediria que V.Ex.^a olhasse um pouco além dessas divisas e pudesse enxergar o que está acontecendo no nosso País. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.



[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (54 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 80/2022**, do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública ao Centro de Tradições Gaúchas Fronteira da Amizade, com sede no município de União da Vitória; **Autuado sob o n.º 81/2022**, do Deputado Soldado Fruet, que institui o Dia da Defesa Civil, a ser comemorado anualmente em 29 de dezembro.



Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 377/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.^º 1564/2021, que altera o art. 133 da Lei Estadual n.^º 16024, de 19 de dezembro de 2008, que estabelece o regime jurídico dos funcionários do Poder Judiciário do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Emendas de Plenário com parecer favorável da CCJ.

Vamos submeter ao voto neste momento o Projeto, ressalvadas as emendas. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Encaminhamos o voto “sim”. Presidente, registre o meu voto “sim”, porque estou com dificuldades com a máquina.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok, faremos o registro, sem problema. Ainda pendentes os votos dos Deputados Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro...

DEPUTADO FRANCISCO BÜHRER (PSD): Senhor Presidente, por favor... Francisco Bührer, meu voto é “sim”. Estava com dificuldades.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Deputado Douglas, Dr. Batista, Mabel Canto ok, Maria Victória. Deputado Arilson, vou registrar seu voto como “sim”. Votação encerrada: ***[Votaram Sim: Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando***



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Votou Não: Soldado Fruet (1 Deputado); Não Votaram: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano e Francisco Bührer (3 Deputados).] Com 50 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 377/2021. Cinquenta e um, com o voto do Deputado Francisco Bührer, e 1 “não”. Está aprovado o Projeto.

Vamos submeter ao voto as emendas. Em discussão as emendas. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, com todo o respeito às emendas, tentamos construir com autor do Projeto, o Tribunal de Justiça, foi-nos informado que desconstrói totalmente o Projeto e pelo qual pedimos “não”. Portanto, peço atenção aos Deputados que compõem a Base, o voto é “não” para as emendas.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, o voto é “sim” para as emendas. Elas são constitucionais, foram encaminhadas pelos servidores, pelos seus respectivos sindicatos e melhoraram o Projeto. Por isso, voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados. Ainda em aberto o voto do Deputado Alexandre Curi.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “não”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputados Bazana, Boca Aberta Junior, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Goura, Plauto Miró e Professor Lemos. Ainda pendentes os votos do Deputados Boca Aberta Junior, Evandro Araújo e Plauto Miró. Votação encerrada, Sr.º Deputados: **[Votaram Sim: Alexandre Curi, Arilson Chiorato, Cristina Silvestri, Elio Rusch, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Guto Silva, Luciana Rafagnin, Plauto Miró, Professor Lemos, Requião Filho e Tadeu Veneri (13 Deputados); Votaram Não: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Francisco Buhrer, Galo, Gugu Bueno, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (37 Deputados); Abstenções: Delegado Jacovós e Soldado Fruet (2 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano e Evandro Araújo (2 Deputados).] Com 13 votos favoráveis, 37 votos contrários e 2 abstenções, **estão rejeitadas as Emendas.****

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 651/2021, de autoria do Tribunal de Justiça, Ofício n.º 1973/2021, que altera o anexo da Lei Estadual n.º 20329, de 24 de setembro de 2020, que unifica os quadros de pessoal do Poder Judiciário do Estado do Paraná e estabelece outras providências, com inclusão dos cargos comissionados de Chefe de Secretaria e de Supervisor de Secretaria. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. **(Sobre o Projeto: Emenda de Plenário n.º 1, dos Deputados Arilson Chiorato, Professor Lemos, Requião Filho, Luciana Rafagnin e Goura.) O Projeto recebeu emenda e retorna à CCJ.**



ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei 696/2021, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação de Proteção Animal 4 Patas São Mateus do Sul, com sede no município de São Mateus do Sul. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Alexandre Curi pediu para V.Ex.^a corrigir, no anterior o voto dele era “não”. Está me pedindo aqui, não sei se V.Ex.^a...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda em aberto os votos dos Deputados Dr. Batista, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro e Plauto Miró.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Agradecer ao Deputado Alexandre Curi o voto “sim”. Sei que é importante um voto a mais e se quiser sempre tem espaço também.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Acompanhar a Oposição é muito importante, Alexandre Curi.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): É Quatro Patas o Projeto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra,**



Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (52 Deputados); Votou Não: Dr. Batista (1 Deputado); Não Votou: Ademar Traiano (1 Deputado).] Com 52 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei 696/2021. (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Dr. Batista, ao invés do voto contrário registrado no aplicativo.)

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 22/2022, de autoria dos Deputados Maria Victória e Elio Rusch, que concede o Título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Senhor Anatalício Risden Júnior. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição está liberada para a votação.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Arilson, Douglas, Dr. Batista, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, Mabel Canto, Luciana Rafagnin, Plauto Miró, Professor Lemos e Ricardo Arruda. *Pela ordem*, Deputado Dr. Batista. Bom, o Dr. Batista deve estar com algum problema, então vamos ao resultado da votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio**



Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Votou Não: Requião Filho (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Arilson Chiorato, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin e Professor Lemos (5 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e 1 voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 22/2022.

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 421/2019, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual de Conscientização ao Planejamento Familiar, a ser realizado anualmente em 8 de dezembro. Pareceres favoráveis da CJJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”, Sr. Presidente. Estamos no Item 5, não é?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Item 5.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Autoria do Deputado Romanelli?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Romanelli.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então, o Deputado Romanelli podia votar no Projeto dele. Agora já votou!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Em aberto os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Evandro



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Araújo, Gilson de Souza, Marcio Pacheco e Requião Filho. Doutor Batista, *pela ordem.*

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, está me ouvindo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Estou ouvindo sim.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não, Dr. Batista. Estou ouvindo.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Está ouvindo? No Item 3, onde saiu voto “*não*”, meu voto é “*sim*”, Sr. Presidente, gostaria que registrasse em Ata.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Faremos a correção em Ata, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Muito obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada:
[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Evandro



Araújo, Gilson de Souza e Marcio Pacheco (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 421/2019.

O Item 6 quero aqui pedir até escusas...

(QUEDA DA ENERGIA ELÉTRICA.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Oi, oi! Atenção!

Resultado da votação anterior, já anunciado, 49 votos “sim”. Aprovado o Projeto de Lei n.º 421/2019.

O Item 6 quero, com o devido respeito à Oposição, esta Presidência, claro, tem a prerrogativa de anunciar e fazer a pauta, não havia anunciado no dia de ontem nem o Item 6 e nem a Mensagem do Governo que trata da revogação das máscaras, o Item 11, exatamente. Conversei com o Deputado Arilson, que foi compreensivo. Portanto, peço aqui escusas e acho que, com o devido respeito, era importante dar esta informação.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 101/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui o Dia Estadual do Agente Funerário, a ser celebrado anualmente no dia 17 de março. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. O painel não zerou aqui ainda. Vamos fazer votação simbólica então, Sr.º Deputados.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Não há como fazer registro no painel. Deputados que estão favoráveis... Por favor, agora preciso da



compreensão. Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários podem levantar a mão que registro o voto.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): O Deputado Curi não consegue permanecer como está.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Alexandre Curi temos que... **Está aprovado o Projeto.**

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei 309/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual do Optometrista, a ser comemorado anualmente no dia 23 de março. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição vota “sim”, Presidente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputados favoráveis permaneçam como estão, os contrários que levantem a mão. Estou acompanhando aqui no painel. Todos favoráveis. **Está aprovado o Projeto.**

ITEM 8 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^o 755/2021, de autoria do Tribunal de Contas, Ofício n.^o 1383/2021, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos que tenham direito à paridade, integrantes das carreiras de técnico de controle e da auxiliar de controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): “Sim”.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): “Sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputados, por favor, que aprovam permaneçam como estão... Agora voltou, podemos votar no painel então. Por favor. É o Item 8. Podemos votar no painel. Deputado Arilson, o seu voto. Deputados Bazana, Boca Aberta Junior, Evandro Araújo, Francisco Bührer, Gilberto Ribeiro, votou, Gugu Bueno, Marcio Pacheco, Nereu Moura, Requião Filho e Soldado Fruet. Votação encerrada, Sr.º Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Bührer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Votou Não: Homero Marchese (1 Deputado); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo e Requião Filho (3 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e 1 voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 755/2021.**

ITEM 9 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 47/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 5/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. O Projeto está em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Importante Projeto para o desenvolvimento do Estado. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Alexandre Curi, o seu voto. Arilson Chiorato, Boca Aberta Junior, Evandro Araújo, Michele Caputo, Requião Filho e Tadeu Veneri. Deputado Boca Aberta, está com dificuldades no seu voto? Ok. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Michele Caputo e Requião Filho (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 47/2022.**

ITEM 10 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 48/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 6/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Também em regime de urgência. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos “sim” para este importante Projeto para o Estado.



DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Boca Aberta Junior, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro e Mabel Canto. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo, Gilberto Ribeiro e Mabel Canto (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 48/2022.

ITEM 11 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 76/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2022, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para fixar regras sobre a obrigatoriedade da utilização de máscaras em ambientes fechados e eventos específicos, no âmbito do enfrentamento da pandemia da Covid-19 e dá outras providências. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública, Substitutivo Geral do Poder Executivo. Vamos submeter ao voto neste momento o Projeto.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Homero.



DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, este Projeto de Lei revoga a lei estadual que obriga o uso de máscaras aqui no Estado do Paraná sem nenhuma condição, mas provavelmente deve acontecer que, assim que a lei for publicada, o Estado regulamente por um ato administrativo e volte com as condições – se serão todas as que existem hoje ou não, saberemos quando o Poder Executivo baixar esse ato. E o Poder Judiciário, infelizmente, do meu ponto de vista, tem ratificado que por atos administrativos se possa restringir direitos e criar deveres no Brasil, o que a Constituição sempre proibiu, mas esta composição do Supremo Tribunal Federal em especial resolveu ignorar. Entendo que restringir direito é matéria de lei, portanto voto a favor desta lei, mas vou emendá-la apresentando uma proposição segundo a qual toda e qualquer restrição ou determinação de uso de máscara precise ser aprovada por meio de lei aqui na Casa. Se não for aprovada, vou apresentar também emendas que desde logo desobriguem o uso de máscaras em espaços abertos no Paraná, por crianças abaixo de 12 anos, por pessoas que estejam praticando atividade esportiva de forma voluntária em ambientes abertos ou fechados. O momento pandêmico é claramente favorável a isso, já são dois anos, a sociedade já tem uma aparente imunidade, que embora não seja duradoura, porque isso não existe, não existe estratégia de Covid zero contra esse vírus, isso está claro, entendo que é preciso premiar a população pelos esforços que fez, portanto o meu voto é “sim”, mas não tenho dúvidas de que esta Assembleia não pode simplesmente abrir mão do poder de dispor sobre este assunto e passar para o Poder Executivo fazer isso a qualquer momento. Obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar, Deputado Romanelli.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^{as} Deputadas e Sr.^s Deputados, estamos hoje revogando uma lei que foi absolutamente fundamental no enfrentamento da pandemia no âmbito do Estado do Paraná. Fomos o primeiro Estado da Federação a criar por lei a obrigatoriedade do uso de máscaras e lembro-me até hoje o dia em que me ligou o Deputado Estadual e médico Dr. Tercílio Turini, de Londrina, dizendo o seguinte: “Romanelli, você que é um observador, estou conversando aqui com médicos e cientistas, é hora de adotarmos o uso de máscaras, a adoção do uso de máscaras.” Naquele momento na verdade havia até uma dúvida pelo próprio Ministério da Saúde sobre a adoção das máscaras, mas víamos como procediam os outros países, como procedia a China e o Japão e verificamos que o uso da máscara era fundamental. E à época construímos, com o Deputado Tercílio, Alexandre Curi e com esta Casa aqui, um Projeto de Lei que foi inovador para o Brasil e que efetivamente trouxe essa obrigatoriedade que penso eu, imagino que talvez tenha sido a lei mais importante que tenhamos conseguido produzir nesta Legislatura por conta das vidas que foram salvas na adoção desse instrumento eficaz. Por outro lado, o Governador do Estado, considerando o atual estado da pandemia, porque a nossa lei na verdade vincula a obrigatoriedade até que haja por parte do Poder Executivo a manutenção da decretação do estado de calamidade pública no caso da pandemia, então a revogação legalmente é possível de se fazer. Por quê? Porque o Governador do Estado, Carlos Massa Ratinho Junior, que construiu conosco essa lei lá em 2020, com a Secretaria Estadual da Saúde, tem as prerrogativas legais com base na Constituição Federal, na Constituição Estadual e principalmente na Lei Federal n.^o 13.979/2020, que é a Lei de Enfrentamento à Pandemia, que autoriza justamente a fixação de medidas, medidas inclusive restritivas, que o próprio Supremo Tribunal Federal já deixou claro que as autoridades podem, sim, vir a, mediante decreto ou lei estadual, regulamentar a matéria. Mas é uma matéria que temos que reconhecer que neste momento da pandemia tem que ser ela fruto dos comitês científicos e



naturalmente que das decisões do Governador do Estado, que tem a prerrogativa de falar em nome de todos os paranaenses, tomar as decisões. E quero dizer, Deputado Hussein Bakri, que esta Casa, penso que na sua imensa maioria, aprovará esta revogação sem nenhuma modificação ou emenda aditiva neste Projeto de Lei considerando que todos sabemos que as medidas a serem adotadas são aquelas que necessariamente o Governador, após ouvido o Secretário Estadual da Saúde, decidir tomar e que tem desde logo o meu apoio integral pela forma responsável e extremamente competente com que o Governo tem tratado este tema desde o início. Por isso nem eu, nem o Deputado Tercílio, nenhum dos outros Parlamentares que aqui por unanimidade votaram estamos hoje preocupados ou tristes, ao contrário, é uma mudança, uma virada de página importante na nossa história e obviamente o Governador saberá tomar as decisões adequadas da manutenção se não na totalidade nos ambientes em que julgar importante e necessário, considerando a pandemia. As notícias sobre vírus todo dia surgem, de fato teremos que conviver com este vírus e o Governador terá que tomar as medidas necessárias. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Alguém mais para encaminhar? Vamos à votação, então. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, hoje é só a constitucionalidade, amanhã vamos falar.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero reafirmar aqui um ponto, permita-me, não vai existir lapso temporal nenhum – tão logo haja a possível aprovação da lei aqui, o Governador vai sancionar e vai editar um decreto lá. Peço a confiança de V.Ex.^{as}. Acho que ao longo desses três anos adquiri credibilidade com os colegas, nunca precisei mentir para ninguém, estamos tratando com extrema



seriedade este tema e quero reforçar aqui a importância de aprovarmos o quanto antes esta matéria. Queria pedir a colaboração de todos, não tem prejuízo para ninguém e, se fosse possível, que pudéssemos aprovar com a maior brevidade possível. O meu voto é “sim”. Peço “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência, com a permissão do Deputado Arilson, que vai encaminhar o voto, o nosso desejo seria concluir o processo de votação amanhã com Sessões Extraordinárias. Conversei com o Deputado Homero e na sequência vamos continuar a conversa. Entendo que uma vez revogada a lei não há nenhuma norma neste momento que vá obrigar a usar máscaras nas escolas. No meu entendimento é isso! Depois vamos continuar a conversa e acho que é possível chegarmos a um entendimento.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Senhor Presidente, se o Governador falar publicamente qual é a extensão do Ato que ele pretende editar, retiro as minhas emendas, mas preciso saber.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Está ok.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Não vou dar um poder para o Executivo, para ele deixar a situação como está! Isso simplesmente não vamos fazer e acho que quem foi eleito e representa a população não deve fazer. Quem restringe direito é parlamento e não Poder Executivo. Obrigado, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Arilson, por favor.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, esta Oposição encaminha voto “não” justamente na ausência de elementos palpáveis do que acontecerá no dia de amanhã, após a revogação da presente lei. O uso de máscara, Presidente,



não está abolido somente na escola, revogada a lei, está abolido em todo o Estado do Paraná. Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Delegado Jacovós, Elio Rusch, Evandro Araújo, Luciana Rafagnin, já votou, Requião Filho e Ricardo Arruda. Ainda pendentes os votos dos Deputados Evandro Araújo, Requião Filho e Ricardo Arruda. Votação encerrada, Sr.^o Deputados: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Votaram Não: Arilson Chiorato, Galo, Goura, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tadeu Veneri (6 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Evandro Araújo e Requião Filho (3 Deputados).]** Com 45 votos favoráveis e 6 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 76/2022.**

Registro a presença na Casa dos Vereadores da cidade de Dr. Camargo: Maicon da Farmácia, Bigrinho e João Bezerra, por solicitação do Deputado Jacovós.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.



Requerimento n.º 455/2022, do Deputado Nelson Justus, requerendo a anexação do Projeto de Lei n.º 666/2021 ao Projeto de Lei n.º 417/2021, por serem matérias correlatas. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.º 457/2022, dos Deputados Maria Victória e Elio Rusch, requerendo dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 22/2022, da Ordem do Dia; da mesma forma, **Requerimento n.º 459/2022**, do Deputado Alexandre Curi, requerendo dispensa de votação de Redação Final ao Projeto de Lei n.º 696/2021, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovados os Requerimentos.** (Requerimentos encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 446/2022, do Deputado Coronel Lee, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo revisão e cancelamento do Memo Circ. N.º 71/2022-DVVPI/CVIE/DAV/SESA; **Requerimento n.º 447/2022**, do Deputado Coronel Lee, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa aos jovens empreendedores Nikkeis; **Requerimento n.º 448/2022**, do Deputado Marcio Pacheco, solicitando o registro e envio de moção de louvor ao Colégio Marista de Cascavel; **Requerimento n.º 449/2022**, do Deputado Anibelli Neto, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de Waldomiro Possidônio de Moraes; **Requerimento n.º 450/2022**, do Deputado Tiago Amaral, encaminhando voto de pesar à família pelo falecimento de Marcos Benassi de Melo; **Requerimentos n.ºs 451/2022**, do Deputado Soldado Adriano José, solicitando o registro e envio de voto de congratulações com menção honrosa para a Ong Rosivaldo Policial;



Requerimento n.º 452/2022, do Deputado Professor Lemos, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Infraestrutura e Logística, requerendo que empreenda esforços no sentido de realizar reparos na PR-497, que liga São Miguel do Iguaçu a Missal; **Requerimento n.º 460/2022**, do Deputado Evandro Araújo, solicitando envio de expediente ao Diretor Geral do DER/PR, encaminhado pedido do Vereador Reginaldo Thenan, de Santa Fé, requerendo a recuperação e manutenção na Rodovia PR-317, trecho entre os municípios de Iguaçu e Santa Fé.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:

Requerimento n.º 456/2022, do Deputado Elio Rusch, solicitando o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 18 de abril de 2022; **Requerimento n.º 461/2022**, do Deputado Douglas Fabrício, solicitando o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 12 de abril de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 453/2022**, da Deputada Maria Victória, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 6/2022, de sua autoria; **Requerimento n.º 454/2022**, do Deputado Ademar Traiano, requerendo a indicação do Deputado Coronel Lee (PSL), como Membro Suplente, para compor a Comissão Especial de Reforma à Constituição n.º 3/2021, na vaga do PSL; **Requerimento n.º 458/2022**, do Deputado Tião Medeiros, requerendo registro nesta Casa de sua filiação ao Partido Progressistas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para quarta-feira, dia 16 de março de 2022, às nove horas e trinta minutos, e duas **Sessões Extraordinárias** na sequência, com as seguintes **Ordens do Dia:** **Ordinária:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 497/2020 e 717/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 421/2019, 101/2021, 288/2021, 309/2021,



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

755/2021, 47/2022, 48/2022 e 76/2022; e 1.^a Discussão dos Projetos de Lei n.^{os} 669/2021 e 699/2021; **1.^a Extraordinária:** 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 76/2022; e **2.^a Extraordinária:** Redação Final do Projeto de Lei n.^º 76/2022. Estamos anunciando as Extraordinárias – se houver entendimento elas acontecerão, senão teremos apenas a Sessão Ordinária.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 16h52, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.^º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)